

PROPAGANDA E CONTROLO MEDIÁTICO NO PRIMEIRO SALAZARISMO: A COMPLEMENTARIDADE DE ACTUAÇÃO ENTRE O SPN E O APARELHO CENSÓRIO

JOSÉ GUILHERME VICTORINO
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

Resumo

A censura prévia constituiu, durante o Estado Novo, uma das maiores arbitrariedades do sistema repressivo do regime. Mas esse organismo funcionou para lá da sua esfera própria, articulando-se com outros instrumentos de condicionamento da opinião, nomeadamente com o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), a partir do momento em que este foi criado. Sendo a realidade da censura hoje mais conhecida, em termos da sua génese e funcionamento, a sua relação com o Secretariado é uma área ainda pouco aprofundada em termos de investigação. Tem este artigo também o propósito de aclarar essa realidade, recorrendo a alguma documentação, no âmbito dos dois organismos, durante as décadas de 1930-1940.

Palavras-chave: Estado Novo; Salazar; António Ferro; Propaganda; Censura prévia; Imprensa; Rádio.

Abstract

Media censorship, in Portugal, proved to be one of the greatest iniquities of Salazar's regime. But apart from its own activity, that political structure worked closely with other state departments such as SPN, the propaganda bureau established in 1933, both aimed at general manipulation of opinion since their creation. Though censorship routines are more acknowledged today, SPN's complementary nature has been rather neglected in terms of research. This article aims to make that relation clearer, by means of analysis of documents concerning both organizations during the decades of 1930-1940.

Keywords: Estado Novo; Salazar; António Ferro; Propaganda; Censorship; Press; Radio.

Destinado a «integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação», apresentado como «complemento da indiscutível obra de ressurgimento» do regime, o SPN foi fundado em 1933, sob a alçada da Presidência do Conselho, tendo Salazar escolhido António Ferro para director do novo organismo¹. Personalidade multifacetada, como intelectual, como jornalista e como político, Ferro congregava diversas competências que pareciam apontar para o acerto desta nomeação. Em primeiro lugar, pelo papel, decisivo, que desempenhou na ascensão de Salazar junto da opinião pública, a partir das entrevistas que lhe fez para o Diário de Notícias, em 1932. Em segundo lugar, pela sua fidelidade aos princípios assumidos pela ditadura, tendo manifestado permanente desagrado com a instabilidade da I República, até ao seu envolvimento pessoal no 28 de Maio. Em terceiro lugar, dada a sua confessa admiração

pelo fascismo italiano, cujas iniciativas, em termos informativos e culturais, julgava deverem adequar-se ao caso português.

Apadrinhado pelo Orpheu, quando se estreou como poeta, Ferro foi o único do grupo que, aderindo ao sidonismo, faria carreira política (França, 1974: 74). Profundamente influenciado pelo Futurismo, estética que sobressai da sua produção como escritor e dramaturgo, ao longo dos anos 20, Ferro cedo revelou uma pulsão autoritária comum àqueles, que na sua geração, émulos das vanguardas, combatiam acima de tudo uma perspectiva burguesa da existência. Como «repórter internacional», em contraste com a estreita realidade portuguesa da altura, numa visão culta, informada e cosmopolita, Ferro também traduziu as suas convicções políticas, entrevistando aqueles que, na Europa, opunham ao marxismo um nacionalismo baseado nas propostas integristas então em voga. Fascinado pelo irredentismo de d'Annunzio, considerando Mussolini «o grande mestre da política moderna», realçando o papel estabilizador de Primo de Rivera no país vizinho, descrevendo as paradas do Faisceau, de Valois² – essas entrevistas foram um útil instrumento, na preparação da opinião pública, para aceitar e apoiar as soluções autoritárias trazidas pelo 28 de Maio, seduzindo uma classe média assustada com o espectro da crise económica do pós-guerra, com o fracasso das experiências parlamentares e com a ameaça de “bolchevização” do operariado (Oliveira, 1980: 12-16). Por outro lado, em paralelo com esse jornalismo comprometido do ponto de vista ideológico, Ferro parecia conhecer os mecanismos de influência que já vinham sendo experimentados, tendo por base não só a imprensa como os novos media, a rádio e o cinema, no sentido de se controlar e dirigir uma opinião pública julgada ainda inteiramente dependente do agente emissor³. Como se começava a apreender dos primeiros estudos de psicossociologia, entendida como estudo das atitudes, e sobre a persuasão, enquanto modificadora de opiniões (Pizarroso, 1999: 151), a propaganda científica, nestes moldes, aplicava-se em tempo de paz sob os mesmos pressupostos do tempo de guerra, ensaiada por todos os beligerantes durante o primeiro conflito mundial, considerada a partir daí como indispensável ao bom governo democrático ou autocrático. O SPN, na sua génese, traduz bem essa vertente, sendo que a sua missão se revelou bastante para além do que a priori se poderia pensar, quando se perspectiva a propaganda exercida por este organismo em termos meramente promocionais da imagem do regime.

Tal fermento cultural, aliado a um forte pendor doutrinário, tornaram assim a escolha de Salazar adequada a uma função da qual muito se esperava, num momento político caracterizado por uma espiral de endurecimento em relação à liberdade de expressão e informação – em Abril de 1933, seis meses antes da abertura do SPN, em simultâneo com a entrada em vigor da nova Constituição⁴, entrou igualmente em vigor o Decreto-Lei n.º 22 469, instituindo definitivamente a estrutura censória já iniciada pela ditadura (Franco, 1993: 106-107). Até aí, as considerações de Salazar a este respeito não tinham deixado margem para dúvidas: «chego a concordar que a censura é uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores»⁵. Mas, apesar dessas reservas, também deixou claro que não poderia revogá-la: «não é legítimo (...) que se deturpem os factos, por ignorância ou por má-fé, para fundamentar ataques injustificados à obra de um Governo», acrescentando que tal «seria o mesmo que reconhecer o direito à calúnia»⁶.

A censura servia assim como «função natural de um regime de autoridade», impedindo a proliferação de doutrina subversiva «claramente habilidosa»⁷. Mas também servia como expediente moral, evitando que se pudessem reproduzir mentiras acerca das realizações do regime. No seu discurso de inauguração do SPN, referindo-se à missão do novo organismo, Salazar afirmou que havia que «clamar, gritar incessantemente o que é, contra o que se diz ser»⁸, pois

«a ignorância das realidades, dos serviços, dos melhoramentos existentes» era «causa de descontentamento, de frieza nas almas, de falta de orgulho patriótico, de não haver confiança, alegria de viver»⁹. E sete anos mais tarde, no seu discurso Fins e Necessidade da Propaganda Política, perante a União Nacional, Salazar voltou ao tema: «para a formação da consciência pública, para a criação de determinado ambiente, dada a ausência de espírito crítico ou a dificuldade de avaliação individual a aparência vale a realidade, ou seja, a aparência é uma realidade política», destacando por isso a importância de se «repor a cada momento os actos na sua realidade perante as deformações da ignorância ou da má-fé», «deveres e necessidade» que se impunham «aos governantes» e àqueles a quem incumbia «auxiliá-los no desempenho da sua missão» (Salazar, 1944: 195-197). Seguindo este critério, exprimindo-se a sua vontade, os objectivos da propaganda tinham de se conciliar intrinsecamente com os objectivos da censura, sendo que, nos termos das entrevistas concedidas a Ferro, a visão de Salazar, do que viria a ser o SPN, já apontava para uma complementaridade de serviços: «para evitar o mais possível o trabalho da censura (...) penso em criar um bureau de informações a que os jornais poderão recorrer, quando quiserem, para se municiarem de elementos necessários à análise, e até à crítica da obra do Governo»¹⁰. Como tal, é legítimo concluir que, eufemismos à parte, tanto Salazar como Ferro sabiam que o sistema de inculcação, a providenciar pelo Secretariado, nunca poderia vir a obter o efeito pretendido sem existir uma complementaridade de actuação com a censura, vedando o acesso das audiências a contraditórios atenuantes do efeito manipulador da informação oficial e oficiosa¹¹.

A realidade no terreno

Sendo que uma das competências do SPN era «regular as relações da imprensa com os poderes do Estado», organizando por sua vez «um serviço de informação da acção a ser desenvolvida pelos diferentes serviços públicos»¹², podia-se considerar implícito o critério, em ditadura, de que os media deveriam vir a submeter-se a uma prática de imposição e controlo de conteúdos por parte do Secretariado. Aliando a coacção à persuasão¹³, junto dos periódicos que se pretendiam moldar à política do Governo, a conjugação de esforços entre a censura e o SPN resultou, apesar de alguns diferendos, numa prática continuada, até aquela ter vindo a ser parcialmente subordinada à tutela de António Ferro, em 1944. No Arquivo Salazar existem documentos que ilustram, ainda que escassamente, esta realidade. Num ofício confidencial, em Janeiro de 1935, o responsável dos “Serviços Internos” do Secretariado, Artur Maciel, informa o presidente do Conselho que, após conferência havida com o director dos Serviços de Censura, major Salvação Barreto, tinha ficado acordado um «serviço directo de informações», através de intercâmbio entre os dois organismos¹⁴: enviando o SPN para a censura os seus “Boletins de Imprensa” e «um boletim de informações confidenciais», enviando a censura para o Secretariado «os seus boletins semanais de cortes». A vantagem desta partilha é explicada por Maciel, dado o SPN constituir um «amplo posto de observação, invulgarmente sensível, que se julga capaz de fornecer elementos deveras proveitosos para mais fácil, segura e homogénea actuação dos serviços de censura, tanto sobre a imprensa como sobre livros nacionais e estrangeiros». Na prática, é de crer que os “Boletins de Imprensa”, a que Maciel se referia, correspondiam aos “Boletins de Informação”, uma das tarefas sob a sua responsabilidade no âmbito dos “Serviços de Redacção” do SPN¹⁵. Efectuados «sobre a leitura e recorte dos jornais»¹⁶, «mostrando a linha geral das opiniões expressas»¹⁷, esses boletins eram divididos em “Imprensa Estrangeira”; “Imprensa de Lisboa”; “Imprensa de Província” (com as «tonalidades políticas e questões funda-

mentais por distritos») e ainda as imprensas associativa e colonial. Outra das tarefas da secção referida era a elaboração do “Cadastro de Imprensa”, a qual consistia, através de ficheiros, em classificar as tendências de cada meio, mencionando, «quando possível», quem eram os jornalistas e o seu grau de fidelidade ao regime¹⁸.

Para que toda esta estrutura viesse a produzir resultados, tinha já o SPN submetido a Salazar um “Plano de Acção”, em Dezembro de 1934, destinado a constituir-se, junto da imprensa regional, «um bloco» de periódicos afectos «à situação»¹⁹. Indicando que tal advinha da vontade do «Sr. Presidente do Conselho», que «sobre este assunto» se tinha manifestado em reunião com os governadores civis e presidentes das Comissões da União Nacional, interessava, para o plano ser prosseguido, conhecer da melhor forma possível aqueles periódicos, que, como tal, haviam sido estudados em complemento com as «notas» enviadas pelos governos civis, pela censura e pelo Ministério do Interior. O método prosseguido, correspondia a uma divisão por distritos, registando-se qual a predominância de jornais “situacionistas”, “simpatizantes”, “neutros”, “anti-situacionistas” e periódicos de classes profissionais, em cada caso examinando-se «as suas tendências políticas e sociais, o aspecto gráfico, a maneira como procuram alcançar o seu objectivo, a influência no meio e o valor intelectual dos seus colaboradores». Quanto aos jornais que se revelassem «contrários à situação», este plano previa represálias por parte da censura e dos ministérios da Justiça e do Interior, no sentido destes impedirem a publicação dos seus editais judiciais, assim como dos editais e anúncios dos municípios – o que equivalia, na prática, com a diminuição dessas receitas publicitárias, a uma forma de estrangulamento financeiro²⁰.

Noutro relatório de Artur Maciel a Salazar, também em 1934, observa-se que o SPN, em articulação com a censura, já se encontrava a proceder ao levantamento, no terreno, dos títulos ainda não submetidos aos seus desígnios, que, quando contrariados, podiam levar a mais formas de coacção, assim demonstradas no caso de jornais portuenses menos afectos ao regime²¹:

O Primeiro de Janeiro tem a simpatia do público pelo seu aspecto gráfico e por ser o jornal que, mesmo através das suas diferentes fases, apresenta maior interesse jornalístico. (...) Hoje, como V. Ex.^a não ignora, põe essas qualidades contra a Situação. A censura tem-no modificado bastante o que não quer dizer que haja sabido inutilizar por completo a sua acção, desenvolvida sagazmente, por meio de todas as suas secções. (...) Pelas informações que me forneceram, haveria maneira de chamá-lo ao serviço do Governo. Primeiramente sujeitá-lo a uma acção inteligente e persistente da Censura de forma a tirar-lhe o interesse jornalístico que possui. Dar-se-ia, por certo, diminuição de tiragem, e, conseqüentemente, desvalorização comercial da Empresa. (...) Atingido este objectivo, procurar-se-ia a compra do lote de acções em poder da casa Borges & Irmão que já hoje o cede pelo valor nominal e representa a maioria de capital.

No ofício relativo à partilha de informações com a censura, anteriormente referido, vemos que Artur Maciel também chamou a atenção de Salazar para o sucedido na Revista Zé dos Pacatos, no Teatro Apolo, em que tinha sido «diminuída a Assembleia Nacional», «acentuada a falta de liberdade», «vincado o excesso de contribuições», «marcado o empobrecimento geral», «vexada a Igreja na figura dum Santo», «empregado o duplo sentido chocantemente pornográfico» e «troçada a propaganda nacional como instituição de Estado!»²². Tal se devia à inoperância da Inspeção-Geral de Espectáculos, cuja acção Maciel considerava «longe de satisfazer», defendendo, perante Salazar que, «para cabal exercício da censura», não se exigiam «apenas pessoas afectas ou dedicadas ao Estado Novo, mas espíritos animados por

cultura política e sensibilidade social, absolutamente informados pelas doutrinas orientadoras de V. Exa.» – leia-se quadros do SPN, como o próprio Maciel, crítico teatral e redactor d’A Voz em simultâneo. De facto, nestes termos, mais do que «complemento necessário dos serviços da censura»²³, o SPN também se podia considerar como um instrumento censório propriamente dito, cujas iniciativas, enquanto «posto de observação», como tinha referido Maciel, resultaram assim num voluntarismo de procedimentos, por parte dos seus funcionários, compenetrados num papel dissuasivo de subversões, de imoralidades, ou outras alterações à ordem estabelecida.

Já antes se tinha reportado a Salazar que «estão as montras das livrarias de Lisboa cheias de exemplares do livro do escritor argentino Júlio Barcos, traduzido por Jaime Brasil: “Liberdade Sexual das Mulheres”, em que se faz a mais descabelada apologia do amor livre»²⁴. E questionava-se: «deve consentir-se nesta propaganda anti-social – nitidamente contrária ao espírito de protecção e valorização da família do Estado Novo?». Já com nítidos contornos políticos, a propósito da publicação de um artigo de Emílio Costa, “Aplicações de Orientação Profissional” (no boletim do Instituto de Orientação Profissional) levantava-se também a questão: «parece estranho que uma publicação oficial tenha como colaboradores pessoas que sustentam doutrinas antinacionalistas, dado que este Emílio Costa seja o mesmo que escreveu, há bem pouco tempo, o livro Sindicalismo Independente»²⁵. Em 1937 reporta-se, novamente a Salazar, que o semanário Humanidades «tem sido observado com atenção pelo SPN. Tem na sua direcção pessoas de cor, e a orientação do jornal, posto que aparente acatamento à actual ordem política, revela tendências que não aconselham pelo menos a revelá-la»²⁶. E perante este diagnóstico, acrescenta-se:

Sugerindo-lhes que inserissem artigos da campanha anticomunista que o SPN fornece, manifestaram logo a sua discordância, alegando a origem capitalista e burguesa das notícias e reputando-a inconveniente para as colónias. Em princípios do ano corrente, o SPN, para experiência, enviou-lhe uma carta rectificando informações erradas sobre a percentagem de analfabetos. Publicou-a, mas noutra lugar, acrescentou-lhe uma local regularmente irreverente e mal deduzida. Este facto deu lugar a que se chamasse o director do jornal e se lhe fizesse sentir o seu procedimento.

Em minuta de ofício com instruções ao ministro do Interior, em Fevereiro de 1936, emendada pelo seu punho, Salazar determina que «as notas oficiosas, projectos de decreto a publicar e quaisquer declarações dos ministérios ou autoridades públicas», devem ser «fornecidas exclusivamente por intermédio do Secretariado», ao qual «serão comunicadas com a respectiva antecedência», acrescentando: «a Direcção dos Serviços de Censura deverá colaborar intimamente» com o Secretariado «na acção que a este compete desenvolver em relação à imprensa»²⁷. Em Abril do mesmo ano, Artur Maciel enviou a Salazar um «projecto de decreto-lei», destinado à «remodelação dos serviços do Secretariado»²⁸, em que se observa que os anteriormente citados “Serviços Internos” já possuem uma nova designação, “Serviços de Informação e Imprensa”, com acumulação de competências às anteriormente existentes. Pretende-se naquele documento, entre outras medidas, «superintender no noticiário e comunicações de qualquer natureza, inclusivamente palestras ou conferências, transmitidas pelos postos emissores de radiofonia», sendo estes «obrigados a transmitir as notas e informações» que lhes forem comunicadas pelo Secretariado, «sob pena de imediato encerramento se forem particulares, e de procedimento disciplinar contra os respectivos dirigentes se forem do Estado».

Com a eclosão da II Guerra Mundial, e a sensível opção pela neutralidade portuguesa, designadamente face à já intensa disseminação propagandística dos beligerantes²⁹, verificou-se pela primeira vez a necessidade de «garantir» uma «unidade de orientação» de todos os serviços, afectos à propaganda e à informação, através de «estreita coordenação da sua actividade»³⁰. Com este objectivo foi criado, em Março de 1940, o “Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação”³¹, presidido por Salazar, órgão que integrando Ferro, o director-geral da censura e o presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional, ajudou a agudizar entre estes algumas fricções (Gomes, 2006: 93-94), dada a ambição totalizante, do Secretariado, em vir a subordinar os outros dois organismos às suas directrizes.

A substituição da estrutura do SPN pelo “Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo” (SNI), em Fevereiro de 1944³², numa designação de menor conotação semântica, em pleno recuo do Eixo e de um necessário abrandamento doutrinário, também traduziu o assumir, pelo regime, de que era necessário proceder-se a uma centralização mais eficaz do sistema informativo em vista dos tempos de contestação que já se podiam adivinhar perante uma vitória aliada (Cabrera, 2013: 29). Através do novo organismo, Ferro via agora acumuladas as suas expectativas, passando a poder superintender, entre outras funções, no registo e licenças para jornalistas e agências noticiosas, na censura prévia³³, no controlo da radiodifusão, podendo manter fiscais permanentes junto das emissoras, para «visto prévio» de todos os textos a difundir, bem como a fiscalizar toda e qualquer manifestação artística ou casa de espectáculo aberta ao público (Paulo, 1994: 78). Em Fevereiro de 1945, no discurso que proferiu durante a primeira reunião do “Conselho de Imprensa”, por si presidido, veja-se a forma como Ferro se dirigiu aos directores dos principais periódicos, na presença do subdirector da censura, capitão Afra Nozes³⁴:

Não houve o mais leve intuito de exercer qualquer coacção sobre a Imprensa (...) a ideia deste Conselho nasceu apenas do reconhecimento da necessidade de uma colaboração mais íntima entre o Estado e os jornais (...). Meramente consultivo (...) o Conselho de Imprensa, longe de ser um organismo de sufocação da opinião pública, é antes um dos organismos de imprensa mais livres (na boa acepção da palavra), que têm sido criados em qualquer parte. Não é o Estado a oprimir a Imprensa, é a Imprensa a colaborar com o Estado quando este se confunde com a Nação.

Terminando por afirmar «ser este o pensamento» de Salazar, «estadista sem habilidades», a quem «transmitiria tudo» quanto fosse dito naquela reunião, Ferro sabia, contudo, que por «maior confiança» que se pudesse estabelecer, entre o Estado e a imprensa, o próprio Secretariado não tinha conseguido estabilizar um eficaz clima de influência junto da opinião pública. Apesar de uma estratégia que, para além do financiamento sub-reptício de jornais oficiosos chegou a passar pela criação de novos títulos, apesar dos métodos de coacção antes referidos, os diagnósticos efectuados, no decorrer da guerra, já indicavam um défice informativo em desabono dos seus serviços. Disto se queixa então a Salazar o substituto de Artur Maciel, Tavares de Almeida³⁵, em 1941:

De um exame rápido, à actividade diária dos meus Serviços se poderá verificar que não são inferiores em interesse as notícias por nós enviadas, às que na generalidade os jornais imprimem. Pois raro é o dia em que todas são publicadas e excepcional aquele em que são desenvolvidas e tornadas de maior interesse (...). É necessário pedir, solicitar, mendigar a fim de obter relevo para o que espontaneamente e no mais elementar sentido jornalístico – para não dizer de colaboração nacional – o deveria ter.

Este clima foi também testemunhado pela censura, num dos seus relatórios sobre a imprensa diária do mesmo período³⁶. Reconhecendo que «a acção discreta e perseverante do SPN» vinha conseguindo, com o apoio da censura, modificar «a feição» dos jornais – «se o relato dos crimes não enche já colunas inteiras (chegou a encher páginas...) ainda aparece certa predilecção por este jornalismo insalubre» – do ponto de vista político, todavia, a missão do Secretariado não tinha sido bem-sucedida, notando-se, nos jornais de grande tiragem, «certa relutância» na publicação de notícias quando estas diziam respeito «à acção» do próprio Ferro³⁷.

Sob «a pesada responsabilidade da educação cívica, moral e artística do nosso povo»³⁸, uma das preocupações de António Ferro, após Salazar lhe ter confiado a presidência da Emissora Nacional³⁹, em 1941, tinha sido alargar a acção desta à zona norte. Mas, se com a instalação de um novo emissor se conseguiram assegurar melhores condições de recepção, quando o SNI abriu a sua delegação no Porto, em Março de 1945, outro problema se levantou devido concorrência, de alguns postos particulares de rádio, apostados em difundir programas não fiscalizados, especialmente durante o período eleitoral, em que se tinha reorganizado a oposição ao regime⁴⁰. Importava, por isso, em articulação com a censura, accionar medidas que permitissem ao SNI controlar os postos «em rebeldia»⁴¹, que em certos casos passou a assumir foros de desafio: na assembleia do “Grémio dos Comerciantes de Rádio”, em 1946, chegou a declarar-se que a leitura da «Revista de Imprensa», elaborada pelo Secretariado, fazia os postos perderem tempo útil de emissão e por isso pretendiam ser indemnizados por esse prejuízo⁴². E estes casos não mostram sinais de abrandamento, referindo-se que, «como não existem fiscais permanentes» – vide a censura não poder cobrir eficazmente toda a programação – existem postos, como o “Rádio Clube Lusitânia”, que se encontram a difundir «programas absolutamente comunistas, cobertos com a capa de críticas literárias e artísticas feitas por estudantes»⁴³. O posto referido, sobre o qual já pendia uma ameaça de suspensão (em 1945 já se tinha detectado que só queria «servir os oposicionistas»⁴⁴), viu assim a sua licença apreendida dois anos depois⁴⁵:

Este posto foi encerrado (...) pela atitude assumida pelo seu ex-proprietário (...) collocando-se ao lado da oposição ao Governo. Esse senhor tem tentado, por todos os meios, voltar a dirigir esse posto. O caso foi até já tratado, por intermédio da União Nacional, directamente entre o Senhor Ministro do Interior e das Comunicações, ficando assente entre os dois, que a ninguém seria atribuído qualquer posto, sem que aquele membro do Governo desse o seu parecer sobre a idoneidade política do peticionário. É a forma de se ir depurando esse sector da informação. Ora o Sr. Júlio Nogueira é um conhecido reviralista, não merecendo a menor confiança política pelo que, a resposta não pode ser senão – a de indeferir a pretensão.

De facto, como noutra officio referiu então o responsável da delegação do Porto, António Pinheiro Torres, a legislação permitia que, caso os donos não cumprissem as directivas do SNI, era «fácil tirar-lhes os postos», pois eram «apenas detentores precários deles»⁴⁶. E considerava ainda, que devido ao clima instalado, «com excepção de um ou dois», se acabava por lucrar politicamente com tal medida, dado os postos ficarem assim «sem uma arma» que se podia «virar» contra o regime. Mas, na realidade, estas questões não se encontravam inteiramente dependentes da vontade do SNI. Quando Pinheiro Torres, ainda a propósito dos postos particulares, transmite a Ferro – «cada vez se sente mais que se vão desprendendo de nós, que perdemos acção sobre eles, pois agem como lhes apetece e até já com certa hostilidade contra nós»⁴⁷ – atribui também esse facto à «inércia» e à «falta de fiscalização» do representante da censura, ao «visto» do qual «nenhum

dos postos» manda, como previsto, o seu «programa diário a difundir»⁴⁸. Apesar da existência de “vasos comunicantes”, no quotidiano de ambos os organismos, apesar da suposta tutela de António Ferro, encontrando-se «a censura e a sua actuação», como antes referido, «controladas de forma absoluta por Salazar» (Carvalho, 1999: 41), a mesma visava afinal também os conteúdos produzidos pelo SNI, fossem esses dirigidos à imprensa ou à rádio⁴⁹, mais um factor a ter em conta no âmbito dos conflitos existentes entre os dois organismos⁵⁰.

No plano das contradições

No presente contexto, o percurso pessoal de António Ferro também não foi linear. Apesar de, em 1922, ter visto proibida em Lisboa a representação da sua primeira peça teatral, *Mar Alto*, Ferro manteve sempre alguma ambiguidade nas posições que assumiu em relação à censura. Oscilando entre os benefícios de a suprimir, como sugeriu a Salazar⁵¹, e a pública apologia de um selectivo controlo da opinião – em 1932, no *Diário de Notícias*⁵², em 1941, a propósito do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, de que foi autor⁵³ – a sua tentação em moldar mentalidades nunca deixou de se sobrepor, sabendo que dispunha de meios discricionários para tal – «despindo a obra realizada das suas inevitáveis manchas humanas, das suas dedadas, para a apresentar desempoeirada, limpa»⁵⁴. Tendo decalcado o modelo de Mussolini, tanto na forma de relacionamento com as massas, através do “Teatro do Povo”, dos “Cinemas Ambulantes” e outras iniciativas, como na forma de relacionamento com os intelectuais (concedendo-lhes o regime alguns espaços heterodoxos de opinião⁵⁵); tentando equilibrar a carga negativa da censura por intermédio da sua «política do espírito» (Franco, 1993: 107-108), Ferro estava mais interessado em dar largas à sua inequívoca criatividade e dinâmica artística, defendendo a sua propaganda de forma pueril⁵⁶, empenhado no fomento turístico e no enaltecimento da arte popular. Daí que talvez a sua maior contradição tenha sido a impossibilidade, inevitável, da «política do espírito» se tornar consensual, premiando adeptos e indiferentes, mas conduzindo ao natural afastamento dos talentos contrários, realidade que, se no campo das artes plásticas não foi significativa, no campo literário acabou por representar um relativo fracasso, originando polémicas mais ou menos conhecidas.

Contradições à parte, é manifesto, porém, que «com respeitável coragem pessoal, não o esqueçamos» (Portela, 1982: 42), Ferro apoiou as mais inovadoras tendências artísticas do período, ou seja, não procedeu a priori a nenhum index censório de requisitos, para que esses artistas pudessem integrar-se no sistema de prestação de serviços, ou oportunidades de exposição, que o seu patrocínio oficial ajudou a instituir⁵⁷. «Os políticos, entre nós, com raras excepções, são os maiores inimigos dos artistas. Têm por eles uma suprema indiferença, quando não têm desprezo», tinha Ferro já declarado, em 1921 (Rodrigues, 1987: 331)⁵⁸, promovendo vários «modernos» ainda por consagrar no ambiente academizante que os rodeava. Já no Estado Novo, apesar da consabida indiferença de Salazar às correntes artísticas, o que estava em causa era o seu aproveitamento político, pois como mais tarde Ferro veio a afirmar: «a arte, a literatura, a ciência, constituem a grande fachada de uma nacionalidade» (Portela, 1982: 17). Mas ao apresentar o SPN como «órgão animador» – «não consagramos: estimulamos» (Quadros, 1963: 127)⁵⁹ – Ferro acabou por ser alvo de cerradas críticas, no seu próprio campo político, devido também a algumas “audácias” pictóricas que permitiu e ajudou a difundir⁶⁰.

No campo da literatura, como antes referido, a posição de António Ferro já apresentou abundantes fragilidades. Tome-se como exemplo a *Presença*, revista que, sob os mais diversos pretextos, sempre o censurou com uma liberdade inusitada. Ignorando ostensivamente o seu

papel, como «grande protector da arte «moderna» (Ramos, 1999: 145), e consequentemente, nesse plano, também como herdeiro da tradição do Orpheu, parecia claro que, para os presentes, não era somente a obra de António Ferro a estar em causa, era também o rumo político que a sua carreira havia tomado. Em 1929, começaram por criticar os critérios da secção que, inserida na *Gaceta Literária*, era dirigida por Ferro e por Ferreira de Castro⁶¹. O motivo era nesse meio a divulgação de autores portugueses, em Espanha, que a *Presença* considerava preconceituosa: «a maneira como essa página tem aparecido colaborada só nos pode desprestigiar». E acrescentava-se: «ao Senhor António Ferro, escritos que trouxe para a literatura portuguesa moderna algumas novidades, e que, sem dúvida, possui qualidades de literato apreciáveis – faltam os predicados indispensáveis para lhe imprimir uma direcção inteligente e crítica». E Ferro reagiu então com algum humor (e indiferença), como se pode depreender da sua resposta no mês seguinte⁶²:

Quero terminar saudando, com muita sinceridade, o Orfeu (sic) dos novos de Coimbra, a simpática revista *Presença* que me alfinetou, no seu último número, como se eu já não estivesse «presente»... A amável censura enche-me de alegria porque me prova que Portugal avançou tanto que eu próprio chego a perdê-lo de vista... É uma ideia desportiva, uma ideia que me faz bem porque me obriga a correr... Não tenham preocupações a meu respeito: «Vão andando que eu já lá vou...». Eu não sei ficar para trás...

Em 1931, a revista voltou a criticá-lo, desta vez a propósito de um comentário de João Ameal⁶³. Em 1935 (a propósito de elogios a Ferro, por parte do jornalista Armando de Aguiar), a revista também lhe recusou o papel de «animador de novos», de «embaixador da moderna geração» (como Aguiar o vira), acrescentando que «quanto a ser «extraordinária» a sua *Leviatã* e a ter marcado uma época, quanto às (suas) superiores qualidades literárias (...) e ao seu interesse profundo pelas coisas da Inteligência e da Sensibilidade – (era) melhor não falar muito nisso. Pelo menos cá em Portugal»⁶⁴.

Finalmente, quando António José Saraiva e Óscar Lopes publicaram a sua *História da Literatura Portuguesa*⁶⁵, nem uma linha dedicaram a Ferro, circunstância para a qual hoje é difícil obter explicação. Mas não deixa de constituir uma ironia a possibilidade deste ter sido novamente censurado, agora por parte daqueles que, no campo contrário, se tinham visto coibidos na sua carreira académica pelo Estado Novo – acabando assim por transformar António Ferro numa vítima do próprio sistema que ajudou a instituir.

¹ Cf. Decreto-Lei nº 23 054, publicado no Diário do Governo n.º 218, 1.ª série, de 25-9-1933.

² Entrevistas e crónicas compiladas em Gabriele d'Annunzio e Eu (crónicas de Fiume) (1922) e *Viagem à Volta das Ditaduras* (1927).

³ Sendo que, em Portugal, a percentagem de analfabetismo se situava nos 61,8 por cento em 1930, o que limitava o campo de inculcação da propaganda (Carvalho, 1987: 213), esta “opinião pública” consistia tão-só na «tentativa de constituir um “bloco de opinião nacional”, ao serviço dos interesses dos governantes, com o objectivo último de forjar o “espírito nacional”» (Tengarrinha, 2006: 180).

⁴ Nos artigos 20.º e 22.º da Constituição de 1933, expressava-se já uma intenção limitativa da liberdade de expressão, com o objectivo de «impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos» – defendendo-os de «factores» que desorientassem «a sua visão contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum». (Tengarrinha, 2006: 180).

⁵ Frase de Salazar em entrevista a Ferro (Ferro, 1978: 94-95).

⁶ Ibid. (V. também Veríssimo, 2003: 35-36).

⁷ Ibid.

⁸ Cf. Catorze Anos de Política do Espírito: apontamentos para uma exposição apresentados no SNI (Palácio Foz) em Janeiro de 1948, Lisboa, SNI, 1948, s-a., p. 15.

⁹ «A palavra propaganda não tem aqui o significado corrente que lhe é dado para o fim de obter clientelas comerciais ou mesmo políticas. A sua função é de repor a verdade onde ela é deturpada ou omitida. Neste simples plano, a propaganda não pertence louvar actos ou pessoas, fazer ou destruir reputações. Não lhe pertence fazer a educação política do povo, mas tão-somente contribuir para ela». Cf. “O que foi nos últimos doze meses a acção do Secretariado da Propaganda Nacional” in Diário de Notícias de 29-5-1937.

¹⁰ Frase de Salazar em entrevista a Ferro (Ferro, 1978: 94-95).

¹¹ «Censorship and propaganda remain two sides of the same coin, both involving the manipulation of opinion. But censorship is of little value unless it selectively blends fact and opinion in order to deceive its intended audience. In this respect, the propagandist must work closely with the censor». (Welch, 2013: 25).

¹² (Cf. Decreto-Lei nº 23 054, anteriormente citado).

¹³ «Creio errarem (...) os que têm afirmado que o salazarismo tratou a Imprensa apenas de modo autoritário, não valorizando assim o seu objectivo positivo de utilizá-la na ampla estratégia da formação do espírito nacional», isto é com o sentido totalizante de imposição de um projecto doutrinário para o conjunto da sociedade portuguesa. Um grande e persistente esforço é feito com essa finalidade, tentando atrair jornais “neutros” ou moderadamente críticos através da concessão de favores e subsídios, criando periódicos oficiais e oficiosos do regime, distribuindo pela Imprensa textos propagandísticos». (Tengarrinha, 2006: 183).

¹⁴ Cf. AOS/CO/PC-12A, pasta 7, 1.ª subdiv., fls. 280-282, 12-1-1935. (V. também Gomes, 2006: 92).

¹⁵ Cf. “Ordem de Serviço n.º 4, Redacção” in AOS/CO/PC-12, pasta 4, fls. 277-279, 3-2-1934.

¹⁶ O “Serviço de Recortes” providenciava a matéria-prima para a concepção dos “Boletins de Informação” e era efectuado tendo por critérios a «generalidade de doutrina ou de factos que interesse a uma documentação permanente»; as «opiniões de homens públicos expressas em discursos, artigos ou entrevistas»; as «críticas feitas a actos governativos ou às medidas promulgadas», e as referências estrangeiras sobre o país, ou factos que revelassem «infiltrações de ideias contrárias à ordem moral e política da Nação». Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Cf. “Relatório sobre o estado actual da Imprensa da província e plano de acção para uma propaganda metódica dos princípios políticos e sociais e realizações do Estado Novo” in AOS/CO/PC-12, pasta 3, fls. 138-264, 15-12-1934, doc. assinado pelo «Redactor Chefe» Silva Dias, dos “Serviços Internos”. (V. também Gomes, 2006: 52).

²⁰ Ibid. (V. também Gomes, 2006: 74).

²¹ Cf. “Relatório para Sua Ex.ª o Presidente do Conselho, sobre a Viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra, do Chefe dos Serviços Internos” in AOS/CO/PC-12A, pasta 4, 3.ª subdiv., fls. 145-155, 25-3-1934.

²² Cf. AOS/CO/PC-12A, pasta 7, 1.ª subdiv., fls. 280-282, 12-1-1935.

²³ Ibid.

²⁴ Cf. AOS/CO/PC-12, pasta 1, 1.ª subdiv., fl. 8, s-d.

²⁵ Id., fl. 14.

²⁶ Cf. ofício confidencial assinado pelo funcionário dos Serviços de Informação, Silva Dias, in AOS/CO/PC-12, pasta 1, fls. 41-43, 5-11-1937.

²⁷ Cf. AOS/CO/PC-12A, pasta 7, 3.ª subdiv., fls. 287-288, Fevereiro de 1936. (V. também Gomes, 2006: 92-93). Paralelamente à censura, o SPN não podia deixar de se apoiar na infra-estrutura de informações providenciada pela PVDE, interagindo de acordo com instruções de Salazar, conforme este também acrescenta no mesmo ofício ao ministro do Interior: «Sendo necessário para o efeito da acção que ao Secretariado incumbe de (...) dar combate à penetração no país de ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional, solicito de V. Exa. se digne mandar reco-

mendar à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado que preste ao Secretariado o auxílio de que carecer e com ele tenha as ligações necessárias para o bom desempenho daquela atribuição».

²⁸ Cf. “Projecto de decreto-lei” in AOS/CO/PC-12, pasta 10, fls. 329-335, acompanhado de um bilhete manuscrito de Artur Maciel a Salazar, em 16-4-1936, sobre «o decreto de remodelação dos serviços do Secretariado» então em preparação.

²⁹ «O regime conhecia a importância da propaganda estrangeira e foi com verdadeira surpresa que se apercebeu da sua dimensão e impacto a partir de 1940 (...). A propaganda dos beligerantes (...) é encarada como um mal necessário e difícil de evitar por completo, mas que se procura controlar, essencialmente com o objectivo de manter a neutralidade e impedir influências negativas e perigosas em importantes sectores sociais. Os principais órgãos encarregados deste controle são o Secretariado da Propaganda Nacional e os Serviços de Censura, com a colaboração das polícias e da alfândega». (Telo, 1990: 14-15).

³⁰ Cf. projecto de decreto-lei in AOS/CO/PC-8B, pasta 1, fls. 1-20, Janeiro de 1940.

³¹ Cf. Decreto-lei n.º 30 320 de 19-3-1940 (Franco, 1993: 117).

³² Cf. Decreto-Lei n.º 33 545, de 23-2-1944.

³³ De forma indirecta, contudo, dada «a progressiva centralização, não apenas de facto, mas institucional, do aparelho da censura nas mãos de Salazar» (Gomes, 2006: 56). Este, ao que tudo indica, despachava directamente com os responsáveis daqueles serviços sem a intervenção de António Ferro.

³⁴ Cf. “Conselho de Imprensa, acta da primeira reunião” in AOS/CO/PC-12E, pasta 13, fls. 475-508, 8-2-1945. (V. também Veríssimo, 2003: 31). (V. também Gomes, 2006: 183-184).

³⁵ Cf. “Relatório” de Albino Tavares de Almeida a Salazar in AOS/CO/PC-12E, pasta 7, fls. 163-164, Dezembro de 1941. (V. também Veríssimo, 2003: 32).

³⁶ Cf. Relatório “Aspectos da Imprensa Diária de Lisboa e Porto no mês de Dezembro de 1941” in MI, Gabinete do Ministro, maço 526, cx. 84.

³⁷ Id., em Março de 1941.

³⁸ (Cf. brochura que assinou a inauguração dos «Estúdios do Emissor Regional do Norte», Lisboa, SPN, 1943, s.a.).

³⁹ «Realmente mal parecia que o SPN e a Emissora não estivessem sujeitos ao mesmo comando, ao mesmo espírito». Cf. Acção n.º 6, 29-5-1941. Também Duarte Pacheco afirmou, nessa ocasião: «tenho o maior prazer em o empossar no cargo por duas razões: primeira, porque possuo uma grande esperança na sua acção como director da Emissora Nacional, segundo porque sinto que, ao fazer a sua escolha, escolho o eleito do País para esse lugar». Cf. “O problema da Radiodifusão Nacional” in Acção n.º 9, 19-6-1941.

⁴⁰ Vide as eleições legislativas de 18 de Novembro de 1945.

⁴¹ Cf. “Decalques de Ofícios” da delegação do Porto, em Novembro de 1945 (Victorino, 2007: 201-207). Quando consultado, este acervo encontrava-se à guarda do Centro de Documentação da então Direcção-Geral do Turismo, sem cota atribuída.

⁴² Id., em Fevereiro de 1946.

⁴³ Id., em Junho de 1946.

⁴⁴ Id., em Novembro de 1945.

⁴⁵ Id., em Junho de 1948.

⁴⁶ Id., em Agosto de 1948.

⁴⁷ Id., em Novembro de 1946.

⁴⁸ «Há que dar ordens terminantes ao Fiscal do Governo para que fiscalize e proponha sanções a fixar aos postos, directrizes como é de lei, punindo-os quando necessário», acrescenta Pinheiro Torres no mesmo ofício, pretendendo que o dito fiscal passe «a entender-se directamente com o Chefe da Delegação» do SNI. Ibid.

⁴⁹ Logo após a abertura da delegação do Porto, a censura solicitou ser previamente informada das matérias noticiosas que se pretendessem divulgar através do Secretariado. Id., em Abril de 1945.

⁵⁰ Talvez essa realidade possa hoje fazer-nos compreender melhor uma afirmação, de Fernanda de Castro, quando escreveu que o seu marido «nunca teve nada a ver com a Censura (...) e se uma vez por outra pôs lá os pés foi para tentar desbloquear a obra de alguém que solicitava a sua intervenção». (Castro, 1987: 179).

⁵¹ Em 1932, durante as entrevistas já citadas, quando Salazar referiu que «para evitar o mais possível o trabalho da censura», tencionava criar «um bureau de informações», Ferro colocou a questão: «Seria esse bureau, em todo o caso, o primeiro passo para a abolição da censura?». Mas Salazar «rapidamente desfez essas esperanças,

contornando a questão e respondendo apenas: «vamos devagar..., temos agora o aspecto moralizador da censura, a sua intervenção necessária nos ataques pessoais e nos desmandos de linguagem». (Franco, 1993: 101-103).

⁵² «Há que criar uma policia literária que não deixe rir, impunemente, os insuficientes, os snobs que o não sabem ser, diante de certas obras admiráveis que acompanham o ritmo da nossa época sem sair do espírito da raça!». (Henriques, 1990: 31, citando Ferro in “Ano Novo, Ano Bom?”, Diário de Notícias de 1-1-1932).

⁵³ Justificando, a propósito do tratamento informativo daquele acordo, «uma censura interior, cautelosa, que bem depressa se tornará instintiva», devendo «cada jornalista brasileiro ou português (...) suspender a sua pena antes de escrever a palavra Brasil ou Portugal, num minuto de recolhimento, até ganhar a consciência perfeita da sua nobilíssima tarefa, a certeza de que a pedra que vai colocar terá influência boa ou má na construção da nascente catedral». (Bettencourt, 1960: 55).

⁵⁴ Cf. Catorze Anos de Política do Espírito, op. cit., p. 28.

⁵⁵ «O regime (...) não proibiu ou dissolveu sistematicamente as publicações afectas à oposição. Estas sobreviveram ao longo dos anos trinta, isoladas e reduzidas a um público intelectual, e puderam até debater o significado social da arte ou o pacto germano-soviético, desde que se mantivessem nos estritos limites dos cafés de Lisboa e não chegassem à classe operária, já que no bastião provinciano e rural Salazar estava descansado e confiava nos modelos de enquadramento tradicionais». (Pinto, 1992: 129).

⁵⁶ Ferro era da opinião que existiam duas espécies de propaganda – a primeira, «a propaganda circunstancial, um pouco agressiva, por vezes, sempre, belicosa (...) propaganda de captação em terreno alheio, fruto da guerra» – a segunda, a «propaganda passiva (...) que não pretende tirar o lugar a ninguém (...) sorridente e, ao mesmo tempo, conscientemente resoluto», caso da propaganda de Portugal». Cf. entrevista de António Ferro a J. Moreira Bentes in Acção de 5-5-1943. Este semanário, criado com o apoio do SPN, chegou no mesmo ano a fazer a apologia da censura nas suas páginas: «para a propaganda subversiva, mais ou menos marxista, como a que pulula descaradamente para aí – mesa censória!». Cf. “Mais mesa censória” in Acção de 25-3-1943, s-a.

⁵⁷ Sendo que o resultado de tal política, vistas as circunstâncias, também não deixou de consistir numa forma indirecta de imposição de uma estética próxima do modernismo, como arte oficial.

⁵⁸ Citando este autor uma frase de António Ferro, in “O Parlamento e os Artistas”, Diário de Lisboa, 7-7-1921.

⁵⁹ Citando o autor uma frase do seu pai, António Ferro, in Arte Moderna (1948).

⁶⁰ Na Panorama, revista que melhor traduziu os objectivos da «política do espírito», observa-se a mesma duplicidade de critérios neste aspecto: um marcante contraste, entre a natureza do “editor”, o SPN/SNI, com a sua metodologia de inculcação, e a natureza do media, permitindo-se reproduzir conteúdos que teriam sido provavelmente censurados noutros periódicos, dirigindo-se a uma camada cujo contexto cultural, predominantemente instruído e urbano, aconselhava a um certo distanciamento das questões doutrinárias (Victorino, 2007: 81-82).

⁶¹ Cf. Presença n.º 18, Janeiro de 1929, s-a.

⁶² Cf. António Ferro in “Alguns Percusores”, O Notícias Ilustrado, 24-2-1929. (V. também Rodrigues, 1987: 372)

⁶³ «O último número da Nação Portuguesa (...) publica um artigo de João Ameal intitulado “Novas Gerações Literárias” (...). Entre algumas das suas observações podem citar-se as seguintes: «O modernista é, identicamente (ao consagrado), um ambicioso febril, cuja única finalidade se resume em escalar, o mais depressa possível, por todos os meios, o capitólio das consagrações». É verdade que, usando da mesma cobardia crítica que verbera, não diz quem são esses moços modernistas. Mas se se refere aos conhecidos debaixo dessa consagração, isto é, aos colaboradores do Orpheu ou da Presença, pergunto: quem são, de entre eles, os que escalarão, ou tentaram escalar, o «capitólio das consagrações»? Desafio-o a citar um nome que não seja o de António Ferro, hoje condecorado com uma ordem qualquer». Cf. João Gaspar Simões, “A Propósito de um Artigo de João Ameal” in Presença n.º 33, Julho-Outubro de 1931.

⁶⁴ Cf. Presença n.º 47, Dezembro de 1935, s-a. Em réplica posterior, a Armando de Aguiar, José Régio ainda acentuará mais este confronto com Ferro, afirmando-se de uma «geração literária que em muitos dos seus principais valores (é é claro que agora não falo só de mim) prefere..., desconhecê-lo». Cf. Presença n.º 48, Julho de 1936.

⁶⁵ (V. Bibliografia)

Fontes primárias

Arquivo Salazar

Arquivo do Gabinete do Ministério do Interior

Fontes secundárias

Periódicos:

Acção

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

O Notícias Ilustrado

Panorama

Presença

Bibliografia

Bettencourt, Gastão de (1960), António Ferro e a Política do Atlântico, Ed. do Autor

Cabrera, Ana (2013), Censura e estratégias censurantes na sociedade contemporânea. In Censura Nunca

Mais: a censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo, coord. Ana Cabrera, Lisboa: Alêtheia Editores

Carvalho, Alberto Arons de (1999), A Censura à Imprensa na Época Marcelista, Coimbra: Minerva

Carvalho, Mário Vieira de (1987), Ópera como estetização da política e propaganda do Estado. In O Esta-

do Novo das Origens ao Fim da Autarcia, AA. VV, vol. II, Lisboa: Editorial Fragmentos

Castro, Fernanda de (1987), Ao Fim da Memória, II vol., Lisboa: Editorial Verbo

Ferro, António (s/d), Dez Anos de Política do Espírito, 1933-1943, Lisboa: Edições SPN

Ferro, António (1978), Salazar: o homem e a sua obra, Lisboa: Edições do Templo

França, José-Augusto (1974), A Arte em Portugal no Século XX, Lisboa: Livraria Bertrand

Franco, Graça (1993), A Censura à Imprensa (1820-1974), Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda

Gomes, Joaquim Cardoso (2006), Os Militares e a Censura: a censura à imprensa na ditadura militar e

Estado Novo (1926-1945), Lisboa: Livros Horizonte

Henriques, Raquel Pereira (1990), António Ferro: estudo e antologia, Lisboa: Publicações Alfa

Oliveira, César de (1980), A Preparação do 28 de Maio: António Ferro e a Propaganda do Fascismo,

1920-1926, Lisboa: Moraes Editores

Paulo, Heloísa (1994), Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil, Coimbra: Editorial Minerva

Pinto, António Costa (1992), O Salazarismo e o Fascismo Europeu: problemas de interpretação em Ciên-

cias Sociais, Lisboa: Editorial Estampa

Portela, Artur (1982), Salazarismo e Artes Plásticas, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa,

Ministério da Educação e Cultura

Quadros, António (selecção, prefácio e comentários) (1963), António Ferro, Lisboa: Edições Panorama

- Quintero, Alejandro Pizarroso (1999), La historia de la propaganda: una aproximación metodológica, *Historia y Comunicación Social* 4: 145-171
- Ramos, Rui (1999), Presença. In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 9, suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas
- Rodrigues, António (prefácio) (1987), *Obras de António Ferro 1: intervenção modernista*, Lisboa: Verbo
- Salazar, Oliveira (1944), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora
- Saraiva, António José e Lopes, Óscar (1966), *História da Literatura Portuguesa*, 5.ª ed., Porto: Porto Editora
- Telo, António José (1990), *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-45)*, Lisboa: Perspectivas e Realidades
- Tengarrinha, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: Minerva
- Veríssimo, Helena Ângelo (2003), *Os Jornalistas nos Anos 30/40: elite do Estado Novo*, Coimbra: Minerva
- Victorino, José Guilherme (2007), *Um Instrumento de Consenso no Estado Novo – Panorama: revista portuguesa de arte e turismo (1941-1949)*. Tese de Doutoramento em Ciências da Informação (polycopiada), Madrid: Universidade Complutense
- Welch, David (2013), *Propaganda: power and persuasion*, London: The British Library